

## Ativistas apontam aumento da repressão a movimentos sociais

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, representantes de movimentos de estudantes e de trabalhadores criticaram a prisão temporária de ativistas e a demissão de lideranças sindicais após greve

A prisão de 19 ativistas no sábado, antes da final da Copa no Rio de Janeiro, foi apontada pelos debatedores de audiência pública como exemplo do recrudescimento da repressão do Estado contra manifestações.

Além de defenderem a desmilitarização da polícia, representantes de estudantes e trabalhadores fizeram um apelo pela derrubada de projetos em tramitação no Congresso que, na opinião deles, restringem o direito de mobilização. **5**



Paulo Paim (2º à esq.) preside a audiência: senador defendeu a legitimidade das mobilizações populares e o direito ao protesto

- Randolfe busca assinaturas para criar CPI do Futebol** **4**
- Para senadores, Copa do Mundo foi benéfica para o Brasil** **4**
- Novo projeto prevê liberação de bingo e de jogo do bicho** **6**
- Proposta limita jornada semanal de professor a 40 horas** **2**
- Aeronautas terão mudanças em legislação da categoria** **7**
- Piso salarial para agentes de saúde pode ser votado hoje** **7**

### Comissão tenta votar texto preliminar do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje para votar o relatório preliminar ao projeto da LDO 2015. O texto, do senador Vital do Rêgo, define a forma de

apresentação de emendas ao relatório final. O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro, acha difícil o Congresso conseguir votar a lei esta semana. **3**

### especial Cidadania



Má alimentação está entre causas da obesidade: droga é opção para quem que não responde a dieta, dizem médicos

### Liberação de inibidor de apetite volta à pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar amanhã o projeto que derruba os efeitos da resolução da

Anvisa que, desde 2011, proíbe o comércio de três tipos de medicamentos inibidores de apetite no Brasil. **8**



**Jornal do Senado encarta informativo da Procuradoria da Mulher**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Estatuto da Juventude

### Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em: [www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Proposta de emenda à Constituição veio de sugestão de estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador e altera jornada de trabalho e exigências para contratação

# Professores poderão ter jornada semanal de 40h

OS PROFESSORES DE ensino básico da rede pública poderão ter a carga horária limitada a 40 horas semanais. Em compensação, só serão efetivados na função se ficar comprovado o domínio de técnicas didáticas e de conhecimentos gerais e pedagógicos durante o estágio probatório.

As medidas foram sugeridas por estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador e se transformaram em proposta de emenda à Constituição (PEC 49/2013), pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria tem parecer favorável, com três emendas do relator, Paulo Paim (PT-RS).

A PEC estabelece também

que os professores em sala de aula que tiverem redução de jornada de trabalho após a promulgação da PEC não sofram redução salarial.

De acordo com Paim, a justificativa da proposta deixa clara a intenção de intervir em dois “pontos nevrálgicos” da educação brasileira: o regime de trabalho e a formação didático-pedagógica dos professores.

“Acreditamos que a matéria goza de relevância social e pode contribuir para o salto de qualidade na educação básica pública”, avalia Paim no parecer.

Depois da análise da CCJ, a PEC 49 passará por dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



PEC 49 também garante que professores que tiverem redução na jornada de trabalho continuem recebendo o mesmo salário

## Projeto estabelece processo seletivo para escolha de diretor de escola pública

Projeto de lei apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer processo seletivo para a escolha de candidatos a diretor de escola pública. O PLS 5/2014

tramita na Comissão de Educação (CE), onde aguarda parecer do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

De acordo com o autor, o projeto busca criar mecanismos que atendam as diretrizes de gestão democrática, mérito

e desempenho para escolha desses dirigentes, presentes na LDB e no Plano Nacional de Educação.

De acordo com a proposta, os pré-candidatos à diretoria da respectiva instituição pública de ensino deverão ser profis-

sionais com cargo efetivo da carreira do magistério, com o mínimo de três anos de exercício em classe.

“O gestor deve trazer da sua formação básica e da sua experiência no sistema educacional certas competências já de-

envolvidas, sob pena de não realizar uma gestão efetivamente democrática e eficaz em termos de promoção da qualidade da aprendizagem dos alunos”, argumenta Ricardo Ferraço na justificativa do projeto.

## Texto propõe plebiscito sobre federalização da educação

A Comissão de Educação (CE) se reúne hoje, às 11h, para examinar pauta com nove itens. Entre eles, projeto de decreto legislativo para realização de plebiscito nacional a respeito da transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

Proposto por Cristovam Buarque (PDT-DF), o PDS 460/2013 tem parecer favorável do relator, Randolfe

Rodrigues (PSOL-AP). Cristovam também é autor da PEC 32/2013, que propõe a federalização da educação.

Atualmente, cabe aos estados e municípios custear a educação infantil e os ensinos fundamental e médio. De acordo com o PDS 460/2013, a consulta deverá ser feita simultaneamente com o primeiro turno das eleições de 2014, marcado para 5 de outubro.

O cidadão deverá responder, com sim ou não, à seguinte questão: “O financiamento da educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?”

Se o projeto for aprovado, o Congresso comunicará ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que expedirá as instruções para a realização do plebiscito.

## Avaliação seriada pode ser modelo para universidades

Os programas de avaliação seriada, com provas a cada final de ano do ensino médio, podem se tornar um modelo de vestibular em todas as universidades públicas. O formato, atualmente utilizado em apenas algumas universidades, como a de Brasília (UnB) e a Federal de Santa Maria (UFSM), é proposto para todas as instituições públicas do país pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 211/2012.

A proposta tem parecer favorável de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto não exclui a adoção de outras formas de processo seletivo para a graduação nas instituições federais, como o vestibular tradicional ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O PLS 211/2012 teve origem na sugestão da jovem senadora Jéssica Renata Gomes Perez, de Mato Grosso do Sul, aprovada no Programa Senado Jovem Brasileiro de 2011.

O programa seleciona 27 jovens, por um concurso de redação, para vivenciarem a rotina de ser senador por alguns dias. As sugestões de projetos de lei feitas pelos estudantes podem se tornar, de fato, propostas aptas a tramitar na Casa após a aprovação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Foi o que aconteceu com a sugestão de Jéssica.

A preocupação da jovem estudante foi a de tornar o vestibular um processo igualitário, além de favorecer a diminuição da tensão entre os candidatos.

Segundo Randolfe, esses argumentos têm sido apresentados por diversas universidades públicas desde meados da década de 90. Para o relator, diluir os vestibulares em três anos pode elevar as chances de aprovação de muitos candidatos. “Isso é particularmente importante para os alunos da rede pública, vítimas, muitas vezes, de longas greves docentes, que, quando ocorrem durante o 3º ano, praticamente eliminam as chances de ingresso no ensino superior público”, afirma.

A proposta inclui um parágrafo no artigo 51 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394/1996. Se for aprovada na Comissão de Educação, a proposta segue para análise do Plenário do Senado.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pauta trancada

14h As votações do Plenário estão trancadas por três MPs.

#### PRESIDÊNCIA Reunião de bancada

14h30 Renan Calheiros participa de reunião do PMDB. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 19h, a sessão do Congresso.

#### CDH Mapa da violência

8h30 A Comissão de Direitos Humanos faz audiência pública para debater o mapa da violência no país.

#### CMA Descarte de remédio e bateria

8h30 A comissão analisa textos que obrigam fabricantes de medicamentos e de baterias a recolherem os produtos.

#### CCT Direitos autorais

9h A comissão examina projeto sobre fiscalização do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

#### CAE Benefícios fiscais

10h Na pauta, convalidação de benefícios fiscais e anistia tributária.

#### CI Indicações para Aneel

10h A comissão avalia indicações para a Agência Nacional de Energia Elétrica.

#### CE Revalidação de diplomas

11h Em análise, proposta que prevê a revalidação e o reconhecimento automáticos de diplomas universitários estrangeiros.

#### CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Trabalho

14h A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais examina emendas ao PLP 302/2014, sobre trabalho doméstico.

#### ORÇAMENTO Relatório preliminar

14h30 Reunião da CMO para votar o relatório preliminar com emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014).

#### COMISSÃO/MP Biodiesel

15h Audiência pública da comissão destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 647/2014, que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel.

#### CONGRESSO Análise de vetos

19h O Congresso aprecia vetos a projetos de lei. Entre os 21 vetos que serão avaliados, está o projeto que estabelece novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

CMO se reúne hoje para analisar parecer do senador Vital do Rêgo. O presidente da comissão, deputado Devanir Ribeiro, não acredita que Congresso consiga votar a lei esta semana

## Comissão tenta votar relatório preliminar da LDO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) se reúne hoje, às 14h30, para votar o relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. O colegiado também tem reunião marcada para amanhã, no mesmo horário.

Para o presidente da comissão, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), é “praticamente impossível” a votação do projeto da LDO no colegiado e no Plenário do Congresso Nacional nesta semana.

— Vamos fazer um esforço para que no dia 15 possamos votar pelo menos o relatório

preliminar e poder abrir o prazo para apresentação das emendas à LDO. Agora, eu já não acredito mais que vote antes do recesso parlamentar. Na primeira semana de agosto, vai haver um esforço concentrado de Senado e Câmara e espero votar a LDO nessa oportunidade, se não der para votar durante o recesso — afirmou Devanir.

De acordo com a Constituição federal, a LDO deve ser aprovada até 17 de julho pelo Plenário do Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado). Caso contrário, os trabalhos do Legislativo não poderão ser interrompidos

para o recesso parlamentar nas duas últimas semanas de julho.

O texto de Vital do Rêgo define como será feita a apresentação de emendas ao relatório final da LDO de 2015 (PLN 3/2014). Cada congressista poderá apresentar, em até dez dias, três emendas individuais para integrar o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária de 2015.

Apresentado em 3 de junho, o parecer foi lido no último dia 2, após dois adiamentos por falta de quórum, com o acolhimento de 9 das 14 emendas apresentadas pelos parlamentares. Já a votação

estava marcada para a última quarta-feira, mas a reunião da CMO foi cancelada por falta de quórum.

### Polícia Federal

Votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 não é o único desafio da CMO para as reuniões de hoje e de amanhã. O colegiado precisa de quórum para analisar também o relatório ao projeto que permite o reajuste para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, profissionais que ficaram de fora do aumento parcelado de 15,8% dado pelo governo aos servidores públicos nos anos de 2013, 2014 e 2015 (PLN 5/2014).

O PLN 5/2014 altera a LDO em vigor (Lei 12.919/2013) para viabilizar o aumento salarial concedido por meio da MP 650/2014, fruto de um acordo entre as categorias e o Executivo.

O relatório é do deputado Cláudio Puty (PT-PA), que incluiu a permissão de reajuste para peritos federais agrários. Se passar pela comissão, a proposta seguirá para o Congresso.

Também está na pauta o PLN 4/2014, que abre crédito especial de R\$ 50,9 milhões em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes.

### Projetos abrem crédito ao Executivo e ao Judiciário

A CMO também pode votar quatro projetos que abrem crédito extraordinário a órgãos do Executivo e do Judiciário.

O PLN 6/2014 prevê R\$ 333,2 milhões em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República. O crédito permitirá o aporte de recursos em favor das companhias Docas dos estados de São Paulo, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Já o PLN 7/2014 destina R\$ 58,5 milhões ao Ministério dos Transportes para viabilizar pagamento devido à Companhia Docas do Pará e obras ferroviárias em Paverama (RS), Araraquara (SP) e no estado do Rio de Janeiro.

Outros R\$ 18,5 milhões, do PLN 8/2014, devem ir para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União. Entre as ações a serem desenvolvidas com os recursos, estão a ampliação das sedes de tribunais, a construção de fóruns e o pagamento de assistência jurídica a pessoas carentes.

Mais R\$ 41,4 milhões estão programados pelo PLN 9/2014 para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União.



Relator da LDO 2015, senador Vital do Rêgo, e o presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro, em reunião do colegiado

## Projeto garante ao contribuinte atualização monetária e juros em restituição de tributo

A fiscalização de tributos da União, dos estados e dos municípios ficará sujeita a limites mais claros, se for aprovado um projeto de lei que estabelece direitos, deveres e garantias do contribuinte (PLS 298/2011 — Complementar). Na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta original, de Kátia Abreu (PMDB-TO), recebeu substitutivo do relator, Armando Monteiro (PTB-PE).

O substitutivo disciplina os direitos e deveres dos contribuintes e regula as obrigações das administrações tributárias das três esferas da Federação.

Um dos direitos é receber da administração fazendária, nas restituições de pagamento indevido, o mesmo tratamento aplicável por ela na exigência

de juros e atualização monetária na cobrança dos créditos tributários.

Um dos artigos estabelece a proibição de bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte sem assegurar-lhe ampla defesa. A administração poderá ficar impedida de levar força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte e de divulgar o nome de devedor.

Um dispositivo do projeto regula a denúncia espontânea (a feita pelo próprio contribuinte), esclarecendo que não é cabível multa de mora nesse caso.

O projeto estabelece prazo máximo de dez dias para a expedição da certidão negativa de débitos tributários, contado da data do requerimento. A certidão terá validade de seis meses.

## Empréstimos superiores a R\$ 1 bilhão para estados aguardam análise de parecer

Três empréstimos no valor total de US\$ 481,1 milhões (correspondentes a R\$ 1,07 bilhão) estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Após a votação do parecer na CAE, as autorizações para a contratação serão analisadas pelo Plenário do Senado.

Duas operações serão assinadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em benefício do Amazonas e do Distrito Federal. O primeiro empréstimo, no valor de US\$ 151,1 milhões, financiará parcialmente o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam).

Já a operação que beneficiará o Distrito Federal, no valor de US\$ 50

milhões, financiará parcialmente o programa de desenvolvimento dessa unidade federativa. Conforme relatório elaborado por Humberto Costa (PT-PE), os recursos vão ajudar o DF no ambiente de negócios, fomentar o desenvolvimento empresarial e aperfeiçoar a infraestrutura urbana.

O terceiro empréstimo, no valor de US\$ 280 milhões, será assinado entre o Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). De acordo com relatório de José Pimentel (PT-CE), a operação apoiará o ajuste das contas estaduais, para “incrementar o investimento público, especialmente em infraestrutura e na área de recursos hídricos”.



## Aloysio quer que BC explique dinheiro federal mantido em banco privado

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou ter apresentado ontem um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a convocação do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

O senador quer que as autoridades

esclareçam a descoberta de um crédito de R\$ 4 bilhões em recursos da União mantidos em um banco privado, conforme mostrou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Segundo o senador, o dinheiro descoberto, que seria da Previdência Social, ajudou a reduzir o déficit primário do

setor público, que ficou em R\$ 11,1 bilhões, o pior da história do mês de maio.

— Se o dinheiro agora foi creditado em favor da União, ele teve de ser debitado de alguma outra conta antes. Que conta era essa? Em que banco foi depositado essa bagatela de R\$ 4 bilhões? Ninguém sabe. O governo não dá explicações.

O senador disse que nesta semana vai tentar reunir as assinaturas restantes para instalar no Senado uma CPI que investigue abuso de poder econômico nas eleições da CBF

# Randolfe quer criar CPI do Futebol no Senado

O SENADOR RANDOLFE Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ontem que se dedicará, ao longo da semana, a coletar as assinaturas necessárias para emplacar uma CPI do Futebol. Ele quer usar uma proposta feita no ano passado pelo senador Mário Couto (PSDB-PA) para agora investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e as federações estaduais.

Antes da Copa, o pedido de investigação tinha a adesão de 18 senadores e Randolfe disse acreditar que não será difícil conseguir as 9 restantes para completar o mínimo de 27 exigidas para a criação de uma CPI.

— Espero conseguir muito mais que o mínimo de 27. Espero conseguir os 81 senadores. Quem não assinar essa CPI é alemão — brincou o senador, que classificou providências como a substituição do treinador Luiz Felipe Scolari como “soluções apenas profiláticas”.

Antes da final da Copa, Alvaro Dias (PSDB-PR) tinha se declarado favorável a uma CPI, mas no próximo ano. Ele presidiu a CPI do Futebol que funcionou no Senado em 2000 e 2001 e apontou crimes como

apropriação indébita, evasão de divisas e lavagem de dinheiro praticados por dirigentes.

Para Alvaro, continua faltando fiscalização em relação ao uso de recursos públicos na CBF e os parlamentares não podem ser “cúmplices de corruptos e oportunistas”.

## Irregularidades

O documento que Randolfe apresenta aos senadores em busca de apoio sugere uma CPI composta de 11 titulares e 7 suplentes para apurar, em 180 dias, as denúncias de irregularidades atinentes ao abuso de poder econômico nas eleições e reeleições de dirigentes ocorridas no âmbito da CBF e federações estaduais de futebol desde o ano 2000.

Os participantes da CPI, se instalada, devem focar o trabalho de investigação em denúncias como a compra de votos dos presidentes de federações à reeleição do presidente da CBF; transferências irregulares de recursos às federações e demais desvios de verbas que culminam com a perpetuação de vários dirigentes nos cargos, renúncias fiscais que englobam estádios e sistemas de infraestrutura das cidades-sede da Copa



“Quem não assinar a CPI é alemão”, brincou Randolfe, pedindo apoio aos colegas

do Mundo, além de renúncia fiscal favorecendo diretamente a Confederação Brasileira de Futebol com isenções tributárias estabelecidas pela Lei 12.350/2010.

Além disso, os signatários do pedido de CPI querem apuração de responsabilidades relacionadas a problemas no recolhimento de contribuições à Previdência Social e à falta de prestação de contas das receitas próprias e dos recursos oriundos de convênios com órgãos públicos e contratos de patrocínio da Seleção Brasileira com empresas privadas e congêneres.

Questionado sobre a oportunidade e o momento certo

para instalar uma nova CPI no Senado, Randolfe classificou como “urgente” a necessidade de iniciar as investigações, alegando que não se pode esperar “a poeira assentar, porque isso só favorece aqueles que deixaram o futebol brasileiro chegar ao fundo do poço”.

## Eleições

Para o senador, a campanha eleitoral não deve ser empecilho para o funcionamento da CPI, lembrando que apenas um terço dos senadores se encontra em fim de mandato.

No entanto, Randolfe pode encontrar dificuldade para conseguir apoio na base do governo. O senador Ricardo

Ferraço (PMDB-ES), por exemplo, apesar de concordar que o futebol brasileiro precisa passar por uma séria avaliação, disse ter dúvidas em relação à atuação do Estado no setor.

— É evidente que há uma reclamação nacional por falta de transparência. Tudo o que trouxer controle social, transparência ou democratização de decisões é válido. Mas eu sinceramente não sei se a política ou o Congresso terá a capacidade de produzir algo que faça o futebol levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima — afirmou Ferraço.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse considerar que uma CPI, agora, poderia ser um “desperdício de energia”. Ela ressaltou, porém, que é preciso fazer uma autoavaliação e uma avaliação de países que tiveram bom desempenho na Copa, como a campeã Alemanha.

Além do pedido de CPI, começa a tramitar, nos próximos dias, projeto de Alvaro Dias que impõe regras mais rígidas à CBF e às federações estaduais, com a fiscalização direta do Tribunal de Contas da União (TCU), uma vez que as entidades usam verbas públicas (PLS 221/2014).

## Jorge Viana destaca estímulo ao turismo com a Copa no Brasil



Jorge Viana (PT-AC) fez uma análise positiva da Copa do Mundo de 2014 e ressaltou o reconhecimento

internacional da capacidade de organização do Brasil para sediar um grande evento mundial.

Em pronunciamento no Plenário ontem, o parlamentar destacou que o Brasil recebeu da Fifa a nota 9,2 no critério técnico, superior a de copas anteriores. Para Viana, esse sucesso abre caminho para as Olimpíadas em 2016 que também deve estimular o turismo no país.

— O nosso país, há seis anos, era visitado por 5 milhões de turistas. Agora são quase 10 milhões. É esse o país que nós temos que buscar, com mais emprego, com o povo podendo viver melhor — disse Viana.

O senador atribuiu à imprensa nacional a realização de campanha contra a imagem do Brasil nos últimos anos, ao repercutir as derrotas da seleção de forma pejorativa.

## Brasileiro precisa cobrar conclusão de obras do torneio, afirma Ferraço



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que, apesar da derrota brasileira, o resultado da Copa é positivo para o

país, a começar pelo choque de realidade em torno do futebol brasileiro. Na opinião dele, o desempenho da Seleção, incluindo a goleada para a Alemanha, deixa claro que é hora de mudança.

Ferraço disse que cabe aos brasileiros exigir a conclusão das obras e a gestão adequada de aeroportos e estádios. Ele afirmou esperar que o Brasil consiga explorar a imagem positiva formada durante o Mundial para ampliar o interesse como destino turístico.

— Agora é esquecer o fiasco dentro de campo e apostar no sucesso fora dele, até porque estamos também na antessala, em 2016, de outro evento muito importante: as Olimpíadas. Até lá, é preciso trabalhar duro, com planejamento e ação, com menos discurso, para que os resultados possam proporcionar e ampliar as oportunidades para o povo brasileiro.

## Casildo elogia evento e pede que o país agora volte à realidade



Casildo Maldaner (PMDB-SC) comentou o sucesso da Copa do Mundo no Brasil, encerrada domingo. O senador afirmou que, apesar

dos problemas alardeados até pouco antes do início do torneio, o Brasil deu conta do recado e organizou um excelente evento.

Casildo destacou a cordialidade e a hospitalidade dos brasileiros, que impressionaram os visitantes. Na avaliação dele, a impressão levada pelos estrangeiros deve ajudar a incrementar o turismo no país.

Ele frisou, no entanto, que, encerrada a Copa, este é o momento de o Brasil voltar à realidade e retomar o debate sobre os problemas cotidianos. Para o parlamentar, é preciso repensar o esporte, desde a formação do atleta até a eleição dos dirigentes esportivos, mas é necessário também fazer uma ampla reforma tributária, buscar soluções para a estagnação da economia e para os problemas de infraestrutura do país.

## Vanessa: críticos devem se retratar e admitir sucesso do Mundial



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que os brasileiros têm que se orgulhar da realização da Copa

do Mundo. Ela afirmou que, embora a Seleção não tenha vencido, o país foi muito bem na organização do evento e na recepção dos visitantes.

Vanessa Grazziotin disse que aqueles que apostaram que a Copa seria uma vergonha deveriam retratar-se e reconhecer o sucesso do evento.

Aos que reclamam que o país gastou demais com o Mundial, ela argumentou que as despesas são compensadas pela publicidade.

— Foi um grande sucesso. Para quem diz “ah, mas tem outras prioridades que não a arena”, eu digo que, se a promoção que o estado do Amazonas, assim como todo o Brasil, teve perante o mundo nesse período tivesse sido paga, uma arena não pagaria nem sequer um décimo dessa publicidade — afirmou a senadora.

## Senador diz que resultado da Copa exige mudanças

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ontem, em discurso, que um dos maiores legados da Copa do Mundo de 2014 surgiu depois da goleada histórica sofrida pela Seleção Brasileira contra a Alemanha: trata-se da necessidade de mudança na administração do esporte a partir de uma CPI para apurar as irregularidades nas federações estaduais e na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), disse o senador.

— Há muito que há a necessidade de uma investigação profunda desses esquemas existentes no futebol brasileiro. Portanto, é mais do que necessário aproveitarmos esse momento de crise profunda no futebol para instaurarmos um processo de investigação sobre a CBF — afirmou Randolfe.

Apesar do desempenho ruim da Seleção Brasileira, o senador reconheceu os lados positivos do Mundial, como o jogo coletivo da Alemanha, as boas surpresas das equipes da Costa Rica e da Argélia e a participação do povo brasileiro.

Ação policial foi denunciada como ilegal por representantes de estudantes e trabalhadores e dominou o debate de ontem na CDH sobre criminalização dos movimentos sociais

# Prisão de ativistas é criticada em audiência

A PRISÃO DE 19 ativistas no sábado, por suspeita de envolvimento em atos violentos em protestos no Rio de Janeiro, foi criticada ontem durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a criminalização dos movimentos sociais. Representantes de estudantes e trabalhadores apontaram o episódio como exemplo do recrudescimento da repressão do Estado contra as manifestações.

Ativistas denunciaram que pessoas foram presas sem o devido processo legal, enquanto advogados, membros da OAB e jornalistas teriam sido detidos “para averiguação”.

A operação policial foi deflagrada para cumprir mandados de prisão expedidos pela 27ª Vara Criminal da capital fluminense. A polícia teria apreendido explosivos, computadores e celulares, além de uma máscara de proteção contra gás lacrimogêneo. A ação ocorreu na véspera da final da Copa do Mundo, no Maracanã. O objetivo seria prevenir manifestações durante a partida.

Luiz Carlos Prates, da CSP-Conlutas, classificou a prisão dos ativistas e a atuação da

polícia militar contra manifestações durante a Copa do Mundo como desproporcionais. Segundo ele, manifestantes vêm sendo tratados como terroristas.

— Prevê-se que você vai cometer um crime, segundo eles, que é fazer uma manifestação, e, de antemão, as pessoas são presas. Isso sequer no regime militar era feito dessa maneira — disse Prates.

Para Lucas Brito, representante da Assembleia Nacional de Estudantes — Livre (Anel), desde as jornadas de junho do ano passado, quando milhões de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus e por mais investimentos em educação e saúde, o Estado tornou-se mais violento contra manifestantes.

— A resposta que a gente teve de vários governos, e da polícia militar em especial, foi uma resposta de agressividade e criminalização de nossas lutas — disse Brito.

## Metroviários

Assim como outros debatedores, o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Altino Prazeres Júnior, denunciou a repressão contra

ativistas que promoveram manifestações e paralisações durante o Mundial de futebol. Ele é um dos 42 metroviários demitidos pelo Metrô de São Paulo em consequência da greve que ocorreu às vésperas da Copa do Mundo.

— Há uma tentativa de criminalização dos movimentos. De parte dos trabalhadores não houve uma lâmpada quebrada. Se houve truculência, foi por parte da tropa de choque — apontou Prazeres.

Paulo Paim (PT-RS) informou que vai encaminhar um ofício ao governo de São Paulo pedindo a readmissão dos trabalhadores.

Lourenço Ferreira do Prado,

coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, afirmou que “a tentativa de criminalizar os movimentos sociais é cada vez mais forte”. José Reginaldo Inácio, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), apontou uma escalada de criminalização contra os trabalhadores, com prisões e repressão das lutas.

## Projetos

Além de defenderem a desmilitarização da polícia, representantes de estudantes e trabalhadores também fizeram um apelo pela derrubada de projetos em tramitação no Congresso, que, na avaliação

deles, restringem o direito de mobilização das categorias.

Um dos projetos citados é o PLS 508/2013, na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aumenta a pena no caso de homicídios, lesões corporais e danos ao patrimônio que ocorrerem durante manifestações. Eles também são contra o PLS 499/2013, que define o crime de terrorismo, por entender que a proposta, que aguarda votação em Plenário, compromete a atuação dos movimentos sociais.

— Entendemos ser legítimo o direito de protesto e de mobilização — disse Paulo Paim, que presidiu a reunião.



Paim (2º à dir.) preside audiência pública em que os convidados denunciaram a criminalização dos movimentos sociais



## Mozarildo cita Copa para pedir participação da sociedade nas eleições

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que a Seleção não tenha conseguido conquistar pelo menos o terceiro lugar na Copa, mas fez um apelo para que a tristeza com o futebol incentive o país a investir no que é prioridade.

Mozarildo comentou que o Brasil é campeão, por exemplo, em corrupção, uma atividade que, segundo ele, atinge de forma vital a saúde, a educação, a segurança e o trabalho. Para mudar o quadro, ele pediu à população que participe das eleições.

— Temos que pensar, de maneira mais profunda, na eleição de outubro, porque ela abalará ou melhorará as condições de vida de cada família, dependendo do nosso voto — afirmou.



## Cristovam cobra propostas claras de candidatos a presidente

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou dos candidatos a presidente propostas claras para melhorar a qualidade de vida no país. Segundo ele, o povo sofre com a falta de investimento em educação, com a violência e com os bilhões de reais perdidos na corrupção.

O senador elogiou o Programa Mais Médicos, mas advertiu que a iniciativa não será suficiente enquanto 60% da população não tiver saneamento. Ele comparou as perdas do país com a derrota na Copa, sublinhando que esta foi uma perda circunstancial.

— As outras perdas é que mexem na qualidade de vida do povo brasileiro e não vi ainda nenhum dos candidatos dizendo com clareza o que é que vai fazer.



## Suplicy apresenta voto de pesar pela morte de Plínio de Arruda Sampaio

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem voto de pesar pela morte do ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, ocorrido no dia 8 de julho. O ex-parlamentar morreu aos 83 anos, em decorrência de uma pneumonia.

Suplicy lembrou a trajetória de Plínio, um dos mais respeitados intelectuais da esquerda católica. O ex-parlamentar foi eleito deputado pela primeira vez em 1962 e relatou o programa de reforma agrária do governo João Goulart. Por isso, foi um dos primeiros brasileiros a terem os direitos políticos cassados.

— Mesmo em partidos diferentes, mantive uma amizade fortíssima com Plínio, considerava-o um irmão, um conselheiro-mor.



## Alvaro Dias sugere projeto que endurece fiscalização sobre a CBF

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que define regras para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e as federações estaduais.

A proposta prevê que as entidades mandem anualmente as contas para o Tribunal de Contas da União (TCU) e informem trimestralmente as autoridades monetárias sobre operações financeiras com o exterior. O texto obriga as autoridades desportivas a uma conta única, sendo proibida a abertura de contas paralelas.

Alvaro quer ainda que os contratos sejam públicos e estejam disponíveis na internet. O texto determina que, se qualquer regra for violada, haverá a suspensão de benefícios federais, incluindo o dinheiro das loterias.



## Anibal Diniz destaca reunião de Cúpula do Brics em Fortaleza

Em discurso ontem, em Plenário, Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância para a economia mundial da 6ª Reunião de Cúpula do Brics, que será realizada em Fortaleza hoje.

O parlamentar informou que os chefes de Estado de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul vão discutir assuntos relevantes para as respectivas economias e também para as de outros países emergentes.

Anibal lembrou que essas cinco nações têm 42,6% da população mundial e produto interno bruto somado de mais de US\$ 14 trilhões.

Os participantes da cúpula deverão anunciar, durante a reunião, a criação do New Development Bank, “o banco do Brics”.

# Começa a tramitar projeto que legaliza jogos de azar

Autor da proposta argumenta que a proibição do jogo jamais surtiu efeito verdadeiro no Brasil e que a legalização poderia gerar uma arrecadação anual de R\$ 15 bilhões em impostos, além de novos empregos

O SENADOR CIRO Nogueira (PP-PI) apresentou projeto que legaliza o jogo no Brasil (PLS 186/2014). A proposta permite a exploração de jogo do bicho, cassinos, bingos e apostas on-line em todo o território nacional e aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

“Deixemos a demagogia de lado”, apela o senador na justificativa do projeto de lei, chamando atenção tanto para os efeitos econômicos positivos da medida quanto para o fato de a proibição dos jogos de azar — vigente desde 1946 — jamais ter prevalecido de verdade no país.

Os cidadãos podem opinar sobre a proposta por meio do Portal e-Cidadania.

Conforme **Ciro Nogueira**, o jogo ilegal movimentava perto de R\$ 18 bilhões por ano no país. Ele acrescenta que, dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU),



Ciro Nogueira defende a exploração legal de cassinos e bingos no Brasil

menos de 25% mantêm o jogo na ilegalidade, sendo a grande maioria deles países islâmicos.

O parlamentar diz ainda que a legalização de todas as modalidades de jogos poderia gerar uma arrecadação tributária anual “em torno de R\$ 15 bilhões”.

Com a legalização, argumenta **Ciro**, seria criada uma nova contribuição social, incidente sobre a arrecadação das apostas, possibilitando

destinar mais recursos à saúde, à previdência pública e à assistência social.

Entre outros motivos para aprovar o projeto, o senador cita “a geração de milhares de novos empregos”, a legalização daquilo “que hoje funciona na clandestinidade”, a prevenção de “abusos cometidos hoje em dia por falta de uma legislação” e o fortalecimento do turismo e do desenvolvimento regional.

## Proposta incentiva uso de mão de obra local no turismo no Nordeste

Proposta que estabelece redução do Imposto de Renda para projetos turísticos na Região Nordeste que utilizarem mão de obra recrutada na comunidade local pode ser votada amanhã na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De acordo com o texto (PLS 546/2011), poderão ser deduzidos até 5% do imposto devido pelas pessoas jurídicas e até 7% pelas pessoas físicas, sem prejuízo de deduções já previstas na legislação.

O objetivo do autor do projeto, senador **Eduardo Amorim** (PSC-SE), é incentivar o turismo no Nordeste e beneficiar a população local.

De acordo com a proposta, a concessão do incentivo fiscal depende de contrato de trabalho entre a pessoa física ou jurídica declarante do Imposto de Renda e o morador local ou uma associação composta exclusivamente por residentes na comunidade.

O relator, senador **Wellington Dias** (PT-PI), apresentou emenda para explicitar que o contrato de trabalho seja vinculado a uma atividade eco-

nômica relacionada à cadeia produtiva de turismo, definida na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008).

Após votação na CDR, o projeto segue para exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Albergues

Também está na pauta da CDR projeto que inclui expressamente os albergues na lista de prestadores de serviços turísticos, relacionados na Lei Geral do Turismo (PLS 511/2011). O autor, senador **Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF), destaca a importância dos albergues como opção de hospedagem mais barata para viajantes em todo o mundo.

Em voto favorável, a relatora, senadora **Lídice da Mata** (PSB-BA), acolheu emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aperfeiçoou parágrafo prevendo regulamentação, por órgão competente, para definir equipamentos mínimos necessários para o enquadramento de albergues entre os prestadores de serviço previstos na legislação.

## Ana Amélia cobra ações dos governos federal e estaduais para efeitos das cheias no Sul



**Ana Amélia** (PP-RS) pediu a atenção das autoridades para os efeitos das enchentes dos Rios Jacuí e Uruguai, no Sul do país.

Segundo a senadora, há ainda quase 8 mil pessoas desabrigadas no seu estado e os 163 municípios atingidos pelas cheias esperam a chegada de recursos federais e estaduais.

**Ana Amélia** lembrou que as enchentes danificaram as rodovias da região e representam prejuízo para a agricultura do Rio Grande do Sul.

— Além disso, as tempestades provocaram a erosão do solo e arrastaram os nutrientes e os fertilizantes, deixando um rastro de destruição sobre os campos do nosso estado e um prejuízo incalculável aos produtores e também ao próprio meio ambiente — afirmou.

## Luiz Henrique defende novo pacto federativo com gestão descentralizada



**Luiz Henrique** (PMDB-SC) defendeu ontem a instituição de um novo pacto federativo no Brasil. Na opinião do senador, é preciso

descentralizar a gestão do país para acelerar o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

**Luiz Henrique** citou como obstáculos para o investimento os altos juros, o tamanho da máquina estatal e, principalmente, a centralização tributária e política do país.

— No Brasil, o dinheiro é federal e as demandas são locais. Os recursos técnicos e financeiros estão em Brasília, enquanto as carências e as demandas, impossíveis de serem atendidas com os poucos recursos de que dispõem estados e municípios, estão nas cidades onde vivem os brasileiros — criticou.

## Ivo Cassol critica modelo político brasileiro e quer ampla reforma eleitoral



**Ivo Cassol** (PP-RO) criticou, ontem, o sistema político brasileiro e defendeu uma ampla reforma eleitoral. Cassol apontou o excesso

de partidos existentes no Brasil, muitos deles, afirmou, sem projetos para a sociedade.

O senador explicou que o sistema proporcional para eleição de deputados e vereadores muitas vezes gera um resultado que não condiz com a vontade da população, já que, devido à existência do quociente eleitoral, parlamentares mais bem votados podem não ser eleitos.

— O escolhido tem que ser o mais votado e o resto é conversa fiada. Assim você dá a oportunidade a todos os partidos. O modelo existente, infelizmente, não é o que a população quer — disse.

## Cidinho Santos pede agilidade nos processos de adoção de crianças no país



**Cidinho Santos** (PR-MT) lamentou as dificuldades para a adoção no Brasil, situação que atribuiu à burocracia do Judiciário e à demanda

por crianças de menos de 4 anos. Ele citou seu estado, onde há uma espera de três a cinco anos para conseguir a guarda de uma criança. Ele advertiu que o prazo está bem acima da expectativa do Conselho Nacional de Justiça.

— Na verdade, apenas um em cada quatro pretendentes admite adotar crianças com 4 anos ou mais. Do outro lado, apenas 4,1% dos que estão no Cadastro Nacional de Adoção à espera de uma família têm menos de 4 anos. Por isso, cada dia que as crianças passam nos abrigos diminui ainda mais a chance de encontrarem um novo lar — ressaltou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** **Ciro Nogueira**

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**

Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:**

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Somini, Casa do Pará



Centro renal pediátrico no Pará: valorização dos agentes de saúde vai refletir no atendimento à população, diz Bauer

## Agentes de saúde pública poderão ter piso nacional

Encontra-se na CCJ, com relatório pela aprovação, PEC que cria piso nacional para profissionais de saúde pública. De acordo com o texto, a União deverá auxiliar os demais entes a pagarem o piso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está pronta para votar a PEC 8/2013, que estabelece piso salarial nacional para os profissionais que atuam em serviços públicos de saúde. De iniciativa de Gim (PTB-DF), a proposta conta com parecer favorável do relator, Paulo Bauer (PSDB-SC).

A PEC 8/2013 atribui à União o dever de prestar assistência financeira complementar a estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o pagamento do piso.

Ao justificar a proposta, Gim assinalou a necessidade de valorização desses profissionais, o que repercutiria positivamente sobre os serviços de saúde prestados à população. Ele citou como referencial da medida a aprovação de pisos salariais para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Assim como Gim, Bauer concorda que o conteúdo da PEC 8/2013 está em sintonia com as Emendas Constitucionais 53/2006, e 63/2010, que estabeleceram os pi-

sos nacionais para as duas categorias citadas.

“A aprovação da proposta, além de permitir o melhor fornecimento de serviços de saúde à população, representa passo consentâneo com o modelo do SUS, instituído pelo constituinte originário, e igualmente, em harmonia com a jurisprudência sobre a matéria”, diz Bauer.

Depois da CCJ, a PEC 8/2013 vai passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado antes de ir para a Câmara.

## Comissão deve votar jornada de aeronautas

Em reunião amanhã, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve concluir a votação do substitutivo ao projeto de lei que disciplina a profissão de aeronauta e regula a jornada de trabalho de pilotos, copilotos, comissários e mecânicos de voo.

O PLS 434/2011 estabelece regras para a elaboração das escalas de trabalho dos aeronautas. O projeto introduz modificações em normas que regem o período de sobreaviso, folgas, tempo de adestramento em simulador e limites de tempo de voo e de pousos permitidos por jornada, com foco na redução da fadiga, considerada a causa principal de erros cometidos por pilotos.

Pelo projeto, as folgas mensais sobem para 12, contra os 8 dias de repouso por mês previstos na lei que regulamenta a profissão (Lei 7.183/1984). Nos meses de alta temporada o número de folgas cairá para 10.

De autoria do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT),

o projeto tem como relator Paulo Paim (PT-RS). Ele ressalta que ouviu aeronautas e empresários de aviação para elaboração do substitutivo, que também busca uma remuneração adequada para os aeronautas em atividades de solo.



Texto prevê 12 folgas mensais para a classe; na alta temporada, reduz para 10

Jonas Pereira/Agência Senado

## Rolleberg pede integração para melhorar o Entorno do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu uma maior integração entre os governos federal, do Distrito Federal e de Goiás para resolver os problemas que atingem a população que vive no Entorno de Brasília.

Ele citou o caso de Águas Lindas de Goiás (GO) para exemplificar a situação dos municípios da região: 54% das ruas não são asfaltadas, 76% não têm calçada e apenas 4% dos domicílios contam com tratamento de esgoto.

A falta de saneamento é um dos motivos pelos quais 340 mil moradores do Entorno buscam tratamento na rede pública de saúde do Distrito Federal, lembrou Rolleberg. Segundo ele, a precariedade dos serviços públicos, incluindo ainda transporte e educação, reforça a necessidade de mais investimentos nessas cidades.

Rolleberg mencionou também dados negativos de escolaridade, como a taxa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rolleberg aponta precariedade dos serviços públicos no Entorno

de analfabetismo de 5,45% e a parcela da população que tem apenas o ensino fundamental incompleto: 38,8%. Apenas 21% possuem o ensino médio completo e 8% têm o nível superior completo ou incompleto.

O senador sugeriu a criação de uma agência de desenvolvimento para articular as ações entre governo federal, DF e Goiás.

— A União tem uma grande responsabilidade e essa responsabilidade deve ser compartilhada por Brasília e Goiás, em benefício de todos.

## Paim lamenta queda do país em ranking global de aposentadoria

O Brasil está em uma situação ruim em relação aos benefícios de aposentados e pensionistas, alertou Paulo Paim (PT-RS). Em uma pesquisa com 150 países, o Brasil ficou na 61ª posição na lista dos melhores países para se aposentar, o Índice Global de Aposentadoria. Isso representa uma queda de 21 posições, de acordo com o senador.

A pesquisa leva em consideração a boa saúde do aposentado e acesso a serviços de saúde, ter vida confortável, ter acesso a investimentos de qualidade e viver em ambiente limpo e seguro.

Para o senador, no Brasil, os planos de saúde prejudicam a qualidade de vida dos aposentados e pensionistas, porque são caros demais e deixam muito a desejar. Outro problema é o reajuste das aposentadorias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim diz que o preço dos planos de saúde prejudica os aposentados

— Outro fator determinante para a queda brasileira nesse ranking são os [baixos] reajustes das aposentadorias acima de um salário mínimo, que têm índice de indexação baseado somente no INPC, ou seja, sem o crescimento real — afirmou o senador.

Paim também manifestou a esperança de que o Senado aprove nesta semana projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos estados e municípios com a União.

## Agentes de trânsito têm carreira criada com promulgação de emenda constitucional

O Congresso Nacional realiza amanhã sessão solene destinada à promulgação da Emenda Constitucional 82, que cria a carreira de agentes de trânsito no sistema de segurança pública.

De autoria do deputado Hugo Motta (PMDB-PB), a proposta inclui o parágrafo 10 no artigo 144 da Constituição, que trata da estruturação do sistema de segurança pública. A emenda

estabelece que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

Oriunda da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2013, aprovada por unanimidade no Senado, a Emenda 82 dá caráter constitucional à competência dos órgãos e agentes de trânsito, estruturados em carreira,

no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Na justificativa da proposta, o deputado Hugo Motta lembra que o Código de Trânsito Brasileiro transferiu para o município o dever de gerenciar o trânsito. No entanto, a transferência está condicionada à existência de capacitação e de Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Assim, a medida tem por finalidade a criação

de órgão apto a desempenhar essas funções, reduzindo, assim, os acidentes de trânsito.

Na Câmara dos Deputados, o texto inicial sofreu alteração para englobar também estados e Distrito Federal.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que foi relator da PEC, considerou a proposta positiva, pois pode favorecer a redução do elevado número de acidentes de trânsito no país.

Comissão pode votar amanhã proposta que libera a comercialização e o consumo de inibidores de apetite proibidos desde outubro de 2011 por resolução da Anvisa



Para várias entidades médicas, utilização de remédios é indispensável como alternativa para tratar a obesidade

## Luta contra balança poderá ter o apoio de remédios

PROPOSTA QUE LIBERA a venda de medicamentos inibidores de apetite no país deve ser o primeiro item analisado na reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

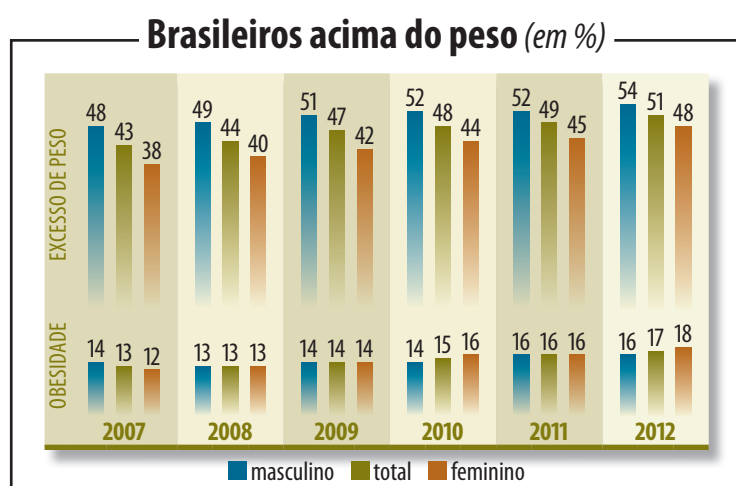
O projeto de decreto legislativo (PDS 52/2014), defendido pela maioria dos senadores da comissão, deveria ter sido votado no início de junho. No entanto, integrantes da base governista pediram mais tempo para avaliá-lo.

A proposta cancela os efeitos de resolução (RDC 52/2011) imposta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que proibiu o uso e a comercialização de medicamentos à base das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol.

No caso de remédios que contenham sibutramina, a resolução da Anvisa estabeleceu restrições ao consumo. Além de determinar a interrupção do uso se o paciente não apresentar resultado após quatro semanas, a agência limitou a dose máxima diária a 15 mg e só permitiu a prescrição para pacientes obesos, com Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou superior a 30 (*veja ao lado como calcular*).

Autor do projeto, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) avalia que a proibição causou grande insatisfação entre os médicos, representando um retrocesso no tratamento de obesos no país. Ele diz que a retirada dos inibidores de apetite deixou os profissionais sem opções de tratamento para pacientes que precisam perder peso, mas que não têm indicação de cirurgia bariátrica.

Segundo o parlamentar, a proibição afeta principalmente a população carente, que não pode recorrer a outros tratamentos, como academia e dietas sofisticadas. Ele alerta ainda para a o surgimento de



mercado ilegal desses remédios, o que causaria grandes danos à saúde da população.

No parecer favorável ao projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) sugere à Anvisa que reveja a resolução. Ela afirma que o ato normativo contraria o posicionamento de médicos especialistas em obesidade e veda o acesso à saúde de grande parcela da população.

Lúcia Vânia lembra que a obesidade é fator de risco para o diabetes e problemas cardiovasculares graves, como infartos e derrames. Essas doenças estão entre as principais causas de morte no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde.

Segundo a senadora, após a entrada em vigor da resolução, em outubro de 2011, houve aumento do número de obesos no país. Para ela, não é admissível que pessoas obesas tenham a saúde debilitada e até corram risco de morrer enquanto esperam resultados de pesquisas sobre os reais efeitos das substâncias proibidas.

— Depois dessa proibição, além do aumento nos índices de obesidade, cresceu o número de cirurgias bariátricas, como a redução de estômago, e, infelizmente, cresceu também o número de mortes pós-operatórias — disse.

No relatório, Lúcia Vânia lembra que “a obesidade é

uma doença e, como toda doença, precisa ser tratada”.

—A cirurgia não deve ser a primeira opção, tendo em vista o quanto é delicada e que nem sempre traz os resultados esperados — argumenta.

Durante a discussão da matéria na CCJ, vários senadores se posicionaram a favor da liberação dos inibidores. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o uso desses medicamentos pode não ser o ideal, mas é o que há de melhor em terapia farmacológica.

Segundo o presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), a proibição das substâncias “fecha a porta do tratamento e abre a porta para a morte”. Roberto Requião (PMDB-PR) ponderou que a Anvisa deveria rever a resolução por iniciativa própria, pois a aprovação do PDS 52/2014 vai levar à liberação geral dos inibidores de apetite e alguns deles deveriam continuar proibidos. Romero Jucá (PMDB-RR) também defendeu a liberação.



Lúcia Vânia deu parecer favorável na CCJ à liberação dos medicamentos

## Anvisa alega que fármacos trazem mais riscos que benefícios no tratamento da obesidade

Apesar de várias entidades médicas pedirem a volta dos inibidores de apetite ao mercado, a Anvisa mantém os argumentos que motivaram a proibição. O diretor-presidente da agência, Dirceu Barbano, chegou a participar de reunião com líderes partidários da Câmara, em abril, durante a análise do projeto de Beto Albuquerque.

— Os medicamentos são mais arriscados do que a própria obesidade. O Congresso tem conhecimento

disso e, tomando a decisão que tomar, será conhecendo essa realidade — afirmou.

Segundo Barbano, o uso dos inibidores aumenta o risco de hipertensão pulmonar, hipertensão arterial e distúrbios psiquiátricos.

Além disso, a Anvisa afirma que não houve aumento da obesidade em consequência da proibição. Ao contrário, diz a agência, o percentual de obesos nos anos de 2012 e 2013 teria se estabilizado pela primeira vez desde 2006.

## Médicos dizem que mudanças no estilo de vida não são suficientes para tratar pacientes

Para os médicos que pedem a volta dos inibidores, a Anvisa tirou as alternativas de tratamento de obesos.

— A obesidade é uma doença crônica. E toda doença crônica requer cuidados constantes. Se eu paro de cuidar da obesidade, a tendência é ela voltar. Se eu paro de cuidar da diabetes, ela volta. Então, são necessários, sim, remédios constantes — diz o médico Dimitri Homar, diretor da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

Rosana Radominski, do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), concorda:

— Quando falamos em doenças crônicas como hipertensão, vamos começar com mudança do estilo de vida. Se não resolver, vamos à medicação. Quando se fala em obesidade, ninguém quer falar sobre isso — conta.

Segundo ela, mudanças comportamentais isoladas falham em 70% dos casos.

## Enquete com internautas revela posição favorável ao consumo dos medicamentos

Em maio, o DataSenado promoveu enquete sobre o PDS 52/2014. O internauta deveria responder à seguinte pergunta: “Em 2011, a Anvisa restringiu a comercialização de inibidores de apetite no Brasil. Você é a favor ou contra o projeto que libera o uso desses medicamentos?”

Durante 15 dias, a enquete permaneceu na página da Agência Senado na internet e recebeu 2.845 votos, a maioria favorável à liberação. Pela página do DataSenado, cidadãos encaminharam mensagens sobre o projeto.

“É um absurdo essa proibição. Existem pacientes que necessitam desses remédios para que consigam seguir uma alimentação adequada e balanceada”, escreveu Adriana Camargo, de São Paulo (SP).

O resultado da enquete não pode ser extrapolado para toda a população brasileira.



## Índice de Massa Corporal

O IMC é calculado dividindo o peso (em kg) pela altura (em metros) ao quadrado

| CLASSIFICAÇÃO | IMC       | RISCO DE COMORBIDADES |
|---------------|-----------|-----------------------|
| Baixo peso    | <18,5     | Baixo                 |
| Peso normal   | 18,5–24,9 | Médio                 |
| Sobrepeso     | ≥25       | —                     |
| Pré-obeso     | 25–29,9   | Aumentado             |
| Obeso I       | 30–34,9   | Moderado              |
| Obeso II      | 35–39,9   | Grave                 |
| Obeso III     | ≥40       | Muito grave           |

Fonte: Associação Médica Brasileira e Agência Nacional de Saúde Suplementar

## Saiba mais

**Nota técnica da Anvisa sobre inibidores de apetite**  
<http://bit.ly/anvisalnbidores>

**Diretrizes clínicas da AMB e ANS**  
<http://bit.ly/tratamentoObesidade>

**Grupo a favor dos inibidores**  
[www.facebook.com/LiberemOsInibidores](http://www.facebook.com/LiberemOsInibidores)

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)